

Emissário tem nova licitação de serviços

Agora, para a construção de um skatepark

DA REDAÇÃO

O novo Quebra-Mar, em Santos, aos poucos, vai ganhando forma. A expectativa dos frequentadores em ver o Parque Roberto Mário Santini, no Emissário Submarino, no José Menino, em pleno funcionamento persiste. As obras terão cinco fases, ao todo.

O passo mais recente foi a concorrência para definir a empresa que fará a quarta etapa de obras, que cuidará da construção do chamado skatepark. Projetado com área total de 1.928 metros quadrados (m²), será dividido em duas partes: flow-park, com 650 m², e street, com 1.215 m², unidas e que poderão atender as duas modalidades, integrantes do programa olímpico.

O espaço, que deverá ser homologado pela Confederação Brasileira da modalidade, tornará o Parque Roberto Mário Santini apto para receber provas e circuitos internacionais. De acordo com a Prefeitura, os serviços devem ter início no segundo semestre. O valor estimado é de R\$ 3,402 milhões, incluindo materiais, mão de obra e equipamentos necessários.

A empresa que vencer a licitação terá de executar a obra no prazo de oito meses. A abertura dos primeiros envelopes da licitação ocorrerá em 15 de julho.

TERCEIRA FASE

Enquanto isso, a terceira

ENTREGAS

Pela segunda fase da obra, houve, na semana passada, a entrega da pista de patinação, da quadra de basquete 3x3 e do restauro da escultura da artista plástica Tomie Ohtake, com novo mirante. Outros serviços ainda estão previstos,

como a construção da fonte interativa e do parque das águas, bem como a reforma da Torre de Jurados e da arquibancada próxima, além dos pisos. Essa fase, iniciada em fevereiro, deve ser concluída no primeiro trimestre de 2023. Inclui, ainda, a manutenção do Museu do Surfe e da Escola Radical de Surf. Os serviços são executados pela TMK Engenharia. Trata-se de um investimento de R\$ 13,4 milhões, dos quais R\$ 9 milhões do Governo do Estado, em convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), e o restante, em contrapartida do Município.

A primeira fase teve a obra finalizada em dezembro. Foram entregues a pista de pump track e o espaço pet, que conta com bancos para os tutores, áreas com grama e itens para animais brincarem, além de bebedouro. O investimento da Prefeitura foi de R\$ 1,1 milhão.

etapa das obras já teve os primeiros envelopes da licitação abertos.

A lista das empresas classificadas foi publicada no Diário Oficial na última segunda-feira.

O processo licitatório prossegue com prazo de cinco dias para recursos e marcação de data para abertura



Os trabalhos no Parque Municipal Roberto Mário Santini, no José Menino, se dividem em cinco fases, das quais duas já estão encerradas



Enquanto isso, a terceira etapa das obras no parque já teve os primeiros envelopes da licitação abertos

dos envelopes de habilitação, além de novo período de cinco dias para recursos. Apenas depois disso é que será conhecida a vencedora do certame.

Nessa etapa, estão previstas a construção de playground com brinquedos temáticos, alusivos a pontos turísticos e marcas de San-

tos; de pórticos de entrada em estrutura metálica; revitalização das vias de serviço asfaltadas; reforma das edificações administrativas e banheiros públicos. O prazo é de 12 meses.

Os serviços estão orçados em R\$ 13,9 milhões, dos quais R\$ 10 milhões em recursos do Estado, por

meio do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (Dadetur), e o restante, do Município. A obra deve começar no segundo semestre, após a assinatura do contrato.

QUINTA FASE

A última fase do projeto, a

quinta, compreende a implantação de uma torre de escala, com padrão oficial. Ela está na fase de captação de recursos.

De acordo com a Prefeitura, paralelamente às obras, está sendo preparando edital do chamamento público para os interessados em explorar o novo restaurante e as lanchonetes da praça de alimentação.

LEGALIDADE

As obras no Quebra-Mar ganham corpo após a solução de uma pendência jurídica. Em abril, o Tribunal de São Paulo (TJ-SP) reconheceu, de forma unânime, que a Prefeitura agiu totalmente dentro da legalidade quando iniciou, em julho de 2020, as obras no espaço.

Com término previsto em 180 dias, o projeto seria executado com investimentos particulares na ordem de R\$ 14 milhões, como medida compensatória de um estudo de impacto de vizinhança de um empreendimento da empresa Valoriza Energia.



Dia a Dia

Rafael Motta e equipe

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Salário-esposa faz procurador da República acionar ST

O pagamento de salário-esposa a funcionários da Prefeitura de São Vicente levou o procurador-geral da República, Augusto Aras, a ajuizar uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) a fim de invalidar a lei que assegura o benefício. Desde 1978, fazem jus a ele os servidores homens casados ou em união estável há pelo menos cinco anos, caso a companheira não exerça atividade remunerada. Com base em inquérito civil aberto pelo Ministério Público do Estado (MP-SP), Aras impetrou uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Alegou que, apesar de a lei vicentina anteceder a Constituição de 1988, o pagamento do benefício para homens é "tratamento desigual" e "discriminação ilegítima" de servidoras. O ministro Kassio Nunes Marques, do STF, analisa a ação. Em nota, a Prefeitura diz ter pago, em maio, salário-esposa a 152 servidores, no valor total de R\$ 9.211,20, e aguardará o resultado do processo, mas tem indeferido novos pedidos, após recomendação do MP-SP.

Sob antiga direção

Na segunda-feira, em seu primeiro dia de trabalho após retornar ao cargo, o prefeito de Guarujá, Válter Suman (PSDB), mexeu em três secretarias municipais. Mas apenas dois nomes mudaram.

Ele continua

Explica-se: Adalberto Ferreira da Silva, que havia sido nomeado secretário de Coordenação Governamental e Assuntos Estratégicos pela então prefeita interina, a vice Adriana Machado (PSD), tornou-se titular da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Portuário.

Aqui, interino

O novo secretário de Coordenação Governamental, por enquanto, está nomeado como interino: Thiago Toscanelli Ferreira, antes adjunto. Enquanto interina, Adriana Machado declarou que as mudanças no primeiro escalão dependeriam da definição para essa pasta, mas Suman voltou antes que ocorressem.

Mais duas pastas

Assim, Adalberto Silva substituiu Paulo Celso Luiz Cavini da Silva, exonerado da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Portuário. Na pasta de Comunicação e Relações Sociais, Alexandre Trombelli foi substituído por Valdir Dias Antonio, que era superintendente de Assuntos Governamentais e já vinculado a essa secretaria.

Antidrogas

Eustázio Alves Pereira Filho, ex-vice-prefeito de Santos, estará hoje em Brasília. Firmará cooperação técnica com a União para que a Associação Pró-Coalizões Comunitárias Antidrogas do Brasil integre o Plano Nacional de Prevenção às Drogas. Ela atua no cuidado primário, que visa à redução gradativa do uso de drogas a partir do álcool.

ALEXSANDER FERRAZ - 13/06/21



Ele voltará

Nove dias depois de estar em Santos, o governador Rodrigo Garcia (PSDB, foto) volta à região hoje.

Duas cidades

Às 15 horas, em Peruíbe, anunciará o início das obras do Hospital Municipal, a pavimentação de uma rua e a urbanização da orla da Praia das Ruínas. Às 17 horas, em São Vicente, liberará R\$ 16 milhões para demolir o antigo Crei e construir ali um pronto-socorro, a reforma de imóveis precários no México 70 e o início das obras na orla do Gonzaguinha (mais na página A-3).

Também quer

Aliás, a Câmara de Mongaguá cobra R\$ 4 milhões anunciados por Garcia, em dezembro, para obras na Praça de Eventos Duda Samba. O requerimento foi do vereador Sérgio Silvestre Rodrigues, o Guinho Rodrigues (Republicanos).

PG: concursos

Após sorteio, a vereadora Vera Benício (PSDB) presidirá a Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Câmara de Praia Grande que analisará a regularidade dos concursos públicos da Casa desde 2000. Como relator, Emerson Camargo (PSL). Proposta pelo vereador Rodrigo Rosário (PP), a CEI também será composta por um vereador de cada partido na Câmara.

Câmara rejeita perdão por não utilização de máscaras

Vereadores de Santos derrubaram projeto por 14 votos a três e uma abstenção

RÉGIS QUERINO
DA REDAÇÃO

A Câmara de Santos rejeitou ontem, em segunda e última discussão, por 14 votos a três e uma abstenção, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 42/2021, que previa o perdão das multas aplicadas pela Prefeitura, em 2020 e 2021, a pessoas e estabelecimentos que descumpriram o decreto municipal sobre o uso obrigatório de máscaras contra a disseminação da covid-19 (8.944/2020).

Autor do projeto, o vereador Fábio Duarte (Pode) defendeu a propositura e pediu aos colegas que votassem sem “viés ideológico”, pois eles teriam a obrigação de ajudar a Cidade e o cidadão. “Votem no comerciante, no cidadão, pensem nos empregos, se colocando no lugar deles. Acho que o momento é de consertar ou, pelo menos, amenizar, o que foi feito. Peço à Casa para resgatar essa injustiça”, discursou.

O argumento, no entanto, não convenceu a maioria dos vereadores, que lembrou que a remissão de multas não é competência do Poder Legislativo. “É uma iniciativa louvável, mas de difícil execução. De onde virá o recurso ao valor renunciado? Remissão é competência do Poder Executivo. Retire o projeto, e que ele siga como indicação ao prefeito Rogério Santos, com a possibilidade de aprovar dentro da legislação vigente”, sugeriu Rui De Rosis (União).

Paulo Miyashiro (Repu-



MATHEUS TACÉ - 22/06/22

Em 2020 e 2021, decreto local impôs multas por andar sem proteção

FAÇA UM PLANO UNIMED SANTOS
E SINTA-SE CUIDADO O TEMPO TODO

ENTRE EM CONTATO
(19) **3281-8200**
www.unimed.com.br

Unimed #1

blicanos) sugeriu uma emenda ao projeto, concedendo perdão às pessoas jurídicas — donos de esta-

belecimentos comerciais multados durante a vigência do decreto municipal. De acordo com o vereador, as multas seriam mantidas às pessoas físicas.

A maioria dos vereadores, no entanto, rechaçou o projeto. Benedito Furtado (PSB) lembrou o parecer contrário da Procuradoria da Câmara. “O prefeito votará, uma simples Ação Direta de Inconstitucionalidade) derruba, porque o projeto não tem nenhuma base legal”.

Débora Camilo (PSOL) disse que a aprovação do projeto privilegiaria quem descumpriu as normas. “A gente não pode privilegiar e legitimar quem descumpriu as regras, e esta Casa tem que ser exemplo. Que se cumpra a legislação, o que foi debatido e votado nesta Casa”.

Augusto Duarte (PSDB) e Telma de Souza (PT) apontaram razões científicas, ressaltando a importância do uso da máscara na contenção do coronavírus. Não usar o equipamento seria uma “deseducação”, disse ela.

VOTAÇÃO

Após o debate, 14 vereadores votaram contra o projeto: Adilson dos Santos Júnior (presidente da Casa, PP), Augusto Duarte (PSDB), Benedito Furtado (PSB), Cacá Teixeira (PSDB), Débora Camilo (PSOL), Fabrício Cardoso (Pode), Chico Nogueira (PT), João Neri (PSD), Zequinha Teixeira (PP), Lincoln Reis (PL), Roberto Teixeira (Republicanos), Rui De Rosis (União), Telma de Souza (PT) e Edivaldo Fernandes Menezes, o Chita (PSB).

Adriano Piemonte (União) e Paulo Miyashiro (Republicanos) foram os únicos a acompanhar Fábio Duarte (Pode) a favor da proposta. Ademir Pestana (PSDB) se absteve. Audrey Kleys (PP) estava em trânsito e não participou da votação. Bruno Orlandi (PSD) e Sérgio Santana (PL) também não votaram.



CONTRA PUNTO

Por LG Rodrigues e colaboradores



MARCOS SANTOS/USP IMAGENS

Educação. Na 19ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Mongaguá, os vereadores aprovaram, por unanimidade, o requerimento que solicita informações sobre o valor do piso salarial atual e sobre a implantação do novo piso salarial para profissionais do Magistério Público da Educação Básica (PSPN) Municipal, conforme a Portaria n.º 67/2022. A propositura foi apresentada pelo vereador José Pedro Faccina, o Zé Pedro (MDB).

Abre aspas. "Nosso Município conta em seu quadro funcional com excelentes profissionais dedicados em exercer suas funções com profissionalismo, atenção e muito amor, pois sabem que em virtude das contingências atuais decorrentes da Covid-19, problemas sociais e econômicos pertinentes às famílias, acabam resvalando e afetando o rendimento escolar, demandando uma ação pedagógica voltada para o aluno como um ser em formação, que não seja apenas a educação formal", afirmou Zé Pedro. Outros parlamentares se ofereceram para subscrever o requerimento.

Diálogo. Os moradores das vias próximas das obras do Veículo Leve sobre Trilhos, o VLT, vêm se manifestando por meio das redes sociais há semanas a respeito de problemas, contratempos e obstáculos gerados pelo investimento na região. Neste começo de semana, a vereadora Débora Camilo (PSOL) foi conversar com a população.

Fala vereadora. "Os moradores e comerciantes do local lutam por mais diálogo com a Prefeitura, o Governo do Estado e com a empresa. São inúmeras as denúncias, o descaso não pode continuar. Estamos juntos aos moradores no enfrentamento aos abusos cometidos por essa obra", afirma.

Na mídia. O ex-prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa, não tem parado quieto neste começo de semana e, depois de ter sido convidado especial do programa Balanço Geral, marcou presença também nos estúdios da Canção Nova com o jornalista Osvaldo Luiz.

Vale lembrar. Paulo Alexandre foi muito bem lembrado na última pesquisa eleitoral do Instituto Badra realizada na Baixada Santista. No levantamento estimulado, ele ficou em terceiro lugar para o cargo de deputado federal, atrás apenas de Alberto Mourão, que foi líder disparado, e de Rosana Valle, que ficou em segundo lugar.

De última hora. O governador do Estado de São Paulo, Rodrigo Garcia, estará novamente na Baixada Santista hoje. Ao lado do prefeito Kayo Amado, em São Vicente, ele fará anúncios para a Cidade.